



ATA - Reunião da CT de Licenciamento

Data: 11/10 das 8h30 às 16h00

Local: ACIJ – Saguiaçu/Joinville

I - PARTICIPANTES:

ANAMMA	Janaina Mendes
ABES	Ausente
CASAN	Patrice Barzan
CIMVI	Sandra Regina Batista
CREA/SC	Ausente
CRQ-XIII	Jonas Comin Nunes (Presidente)
EPAGRI	Célio Haverroth
FACISC	Schirlene Chegatti (Relatora); Leticia Lunardi (Secretária em exercício)
FECAM	Alexandre Martins
FIESC	Ausente
FLORAM	Cláudio S. da Silveira
IMA	Ivana Becker
OAB	Ausente
SDS (SDE)	Ausente
Convidados	Adriano da Cunha (SEMMAS Blumenau) Clayton R. Amarante (SEMMAS Blumenau) Josimar Neumann (SAMA PMJ Joinville) Gabriel K. Wolfort (SINDIPEDRAS/SC) Celio Antônio (Conselho Municipal de Meio Ambiente Laguna)

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

No início da reunião foi informado pelo presidente Jonas Comin a todos os conselheiros presentes que, devido à ausência da relatora Sra. Fabiane Nobrega (FIESC), a presente reunião terá como relatora Sra. Schirlene Chegatti (FACISC) e secretária Sra. Leticia Lunardi (FACISC). Foi realizada a leitura da ata da reunião anterior, sendo aprovada por unanimidade.

2. Discutir e revisar o conceito de Atividade Secundária constante na Resolução CONSEMA nº 98/2017, conforme demanda oriunda da ANAMMA

Discussão: Dando continuidade a esta demanda os membros da CTL debateram a proposta trabalhada na reunião do dia 13/09/2019 e nova sugestão encaminhada pela ANAMMA e CIMVI.

Na reunião de 13/09/2019 foi proposta nova redação de artigos consensada para análise:

Art. 10. No licenciamento de um empreendimento deverá ser definida a Atividade Principal e as Atividades Complementares, quando houver.

Parágrafo Único. O estudo ambiental, exigido para fins de licenciamento ambiental, deverá ser de acordo com a atividade que requeira o estudo ambiental de maior complexidade.

Art. 10-A O licenciamento ambiental das atividades complementares deve se dar em um único processo, com exceção das atividades complementares realizadas por pessoa física ou jurídica distinta, que pode ter processo de licenciamento distinto.

Parágrafo Único. No caso de processo de licenciamento distinto, o órgão ambiental licenciador deverá vincular os processos. O estudo ambiental a ser apresentado deverá considerar os impactos de todas as atividades vinculadas.

Art. 10-B Caso a atividade principal do empreendimento não seja licenciável mas exista em sua estrutura outras atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, deverá ser aplicado o licenciamento de forma individualizada, de acordo com os portes constantes nesta resolução. O porte a ser considerado será aquele da atividade licenciável.



Em análise da proposta consensada em 13/09/2019 o CIMVI, SEMMAS e ANAMMA apresentaram a seguintes sugestões de ajuste:

VIII - Atividade Licenciável: é a atividade desenvolvida pela pessoa física ou jurídica e que para concepção ou operação necessita de licenciamento ambiental, conforme listagem do Anexo VI desta Resolução. (Este conceito exclui as definições de atividade principal, secundária, inerentes, complementares, de apoio, etc.)

IX – Exclui este inciso.

Art. 10. No licenciamento de um empreendimento deverão ser contempladas todas as atividades licenciáveis.

Parágrafo Único. O estudo ambiental, exigido para fins de licenciamento ambiental, deverá ser de acordo com a atividade licenciável que requeira o estudo ambiental de maior complexidade.

Artigo 11-A No caso de atividades desenvolvidas em área compartilhada, independente da titularidade dos empreendimentos, porém sem dependência direta entre as atividades, os processos de licenciamento serão distintos, porém os estudos ambientais devem considerar todas as atividades existentes na área compartilhada, devendo ser computadas as áreas comuns para fins de enquadramento somando-se individualmente em cada um dos licenciamentos com a área privada.

Justificativa:

1 – A proposta, salvo melhor juízo, separa os conceitos de atividade licenciável e controles ambientais. Atividade Licenciável é aquela desenvolvida pela pessoa física ou jurídica e que para concepção ou operação necessita de licenciamento ambiental, conforme listagem do Anexo VI desta Resolução. Neste Anexo não temos uma listagem de controles ambientais com códigos específicos, o que por si só, já indica que estamos tratando de institutos diversos. Os controles ambientais por sua vez são um conjunto de instrumentos que ficam a cargo do empreendedor e que deverão ser observados e executados durante todo o prazo de vigência da Licença, inclusive como condição de validade da mesma. Ex.: Planos e Programas Ambientais. Não devemos também confundir o conceito de atividade licenciável com o de objeto social do empreendimento, visto que em inúmeras vezes para o desenvolvimento de suas atividades sociais (que podem ou não ser licenciáveis), é desenvolvido uma atividade potencialmente poluidora, passível de licenciamento. Ex.: Estação de Tratamento de Esgotos, quando a vazão máxima prevista seja maior que 1,5 l/s.

2 – A regra de definição do grau de complexidade dos estudos está prevista no parágrafo único do Artigo 10 da Resolução CONSEMA n.º 98/17, que sofre pequena alteração para adequação, conforme acima apresentada. Embora tenha sido proposto o acréscimo acima grifado em vermelho, temos que a redação do dispositivo proposto, mesmo em sua redação original, não tem a extensão que o órgão proponente pretende dar, visto que, os estudos ambientais somente sofrerão a projeção de outra atividade, quando esta ATIVIDADE for desenvolvida de forma compartilhada. Portanto, as atividades que não forem desenvolvidas sob o regime de compartilhamento, não terão projeção sob os estudos do outro empreendimento.

Por outro lado, embora a proposta seja relevante, verificamos certa dificuldade para a operacionalização da mesma, especialmente quando os licenciamentos tramitarem em órgãos diversos. Se por um lado temos o clamor da sociedade buscando uma uniformização dos procedimentos e a edição de normas claras especialmente no aspecto da competência (o que motivou inclusive a edição da Lei Complementar n.º 140/2011) anotamos que a proposta poderá burocratizar o processo de licenciamento além de causar divergência no que tange a distribuição de competências administrativas entre os órgãos. Assim, sugerimos que antes de se promover a alteração proposta, seja apresentado uma minuta de procedimento para a padronização da troca de informações entre os órgãos.

Encaminhamento: Os membros da CTL irão avaliar as propostas de texto na reunião. Discussão continua na próxima reunião.



103 **3. Discussão e revisão de diversos códigos das Resoluções CONSEMA nº 98 e 99/2017,**
104 **conforme demanda oriunda da ANAMMA e CIMVI;**
105 Discussão: discussão adiada para próxima reunião.
106 **Encaminhamento: continua na próxima reunião.**
107

108 **4. Solicitação FECAM sobre o tema Tanatopraxia**

109 **Discussão:** solicitada a retomada do assunto relacionado à atividade de funerárias em função
110 do ofício n. 024/COMDEMA de Tubarão. Essa demanda foi encaminhada pela Câmara Técnica
111 de Resíduos (CTR) em 2014, em função de ausência de código para esta atividade e
112 necessidade de licenciamento apontada durante as tratativas de regulamentação no Estado do
113 PGRSS. Em 2015 foi avaliada pelo GT Licenciamento a proposta abaixo e concluiu-se que os
114 Serviços de Somatoconservação ou de Tanatopraxia ou de Taxidermia não fariam parte da lista
115 de atividades licenciáveis em função dos controles associados estarem ligados a aprovação do
116 PGRSS pela Vigilância Sanitária, competente pela controle e fiscalização destas atividades.
117 Serviços de Somatoconservação ou de Tanatopraxia ou de Taxidermia.
118 Potencial Poluidor/Degradador – Ar: P; Água: M; Solo: M; Geral: M
119 Porte Pequeno: $AU \leq 0,005$ (RAP)
120 Porte Médio: $0,005 < AU \leq 0,01$ (RAP)
121 Porte Grande: $AU > 0,01$ (RAP)

122 No entanto, atualmente, considerando a necessidade de tratamento dos efluentes gerados
123 serem passíveis de tratamento por sistemas de esgotamento, foi avaliada a possibilidade de
124 condicionar o licenciamento em função da existência de rede coletora pública e tratamento de
125 efluentes.

126 **Encaminhamento: Proposta apresentada, continua discussão na próxima reunião.**
127

128 **5. Discussão e elaboração de minuta de resposta referente a demanda oriunda da FECAM**
129 **quanto ao licenciamento ambiental do Cemitério Parque Jardim dos Butiás, em Laguna -**
130 **SC, com relação a aplicação da Resolução CONSEMA nº 119/2017**

131 Discussão: Os membros da CTL debateram alguns exemplos e aspectos ligados ao tema de
132 licenciamento ambiental de cemitérios em aquíferos porosos.

133 Foi avaliada a solicitação da FECAM ao IMA a fim de retirar a caracterização de aquífero poroso
134 de forma genérica da IN 52:

135 5.4 É proibida a instalação de cemitérios em: a) em qualquer Área de Preservação Permanente,
136 ressalvadas as exceções legais previstas na Resolução CONAMA nº 369/2006, ou em outras
137 que exijam desmatamento de Mata Atlântica primária ou secundária, em estágio médio ou
138 avançado de regeneração; b) em terrenos constituídos predominantemente por rochas de
139 composição carbonática (que comportam aquífero cárstico), cuja dissolução química provoca a
140 formação de condutos subterrâneos nessas rochas, tipificados por cavernas, dolinas,
141 sumidouros, rios subterrâneos, e outros; c) em áreas de situação de risco geológico e/ou
142 geotécnico à erosão, susceptíveis a deslizamentos de massas de qualquer classe ou
143 magnitude; d) em áreas intensamente fraturadas, e) em áreas sujeitas a inundação ou cheia
144 sazonal; f) em terrenos localizados sobre aquíferos porosos; g) sobre áreas de recarga de águas
145 do Sistema Aquífero Guarani-SAG, cuja geologia é formada predominantemente por arenitos
146 correlacionáveis à Formação Botucatu.

147 Justificativa:

148 A letra "f" inviabiliza a instalação de cemitérios em 100% dos municípios do litoral e é uma
149 divergência agora ilegal frente a RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 119, DE 2017. O próprio IMA
150 vem concedendo licenças em divergência da própria IN. Em Laguna um licenciamento
151 municipal está parado por dúvidas e por que 99% do território é de aquífero poroso. O que
152 fazer? Não seguir a IN ou mudá-la para adequar as resoluções?

153
154
155



156 Em análise a demanda, a CTL entende que não compete no âmbito do Consema a revisão de
157 instrução normativa do IMA. O órgão ambiental municipal pode regular suas próprias
158 orientações técnicas, utilizando ou não instruções do órgão ambiental estadual como referência
159 para estabelecer seus procedimentos.

160 Independente da IN do IMA o município deve seguir as orientações do Consema quanto aos
161 enquadramentos para fins de licenciamento ambiental. Entretanto, quanto aos procedimentos
162 técnicos tem a liberdade federativa de criar seus próprios procedimentos, independente
163 daqueles estabelecidos pelo órgão ambiental estadual conforme disposto na LC 140: "...Art.
164 9o São ações administrativas dos Municípios:...III - formular, executar e fazer cumprir a Política
165 Municipal de Meio Ambiente; ...XIII - exercer o controle e fiscalizar as atividades e
166 empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida ao
167 Município;...."

168 **Encaminhamento: providenciar ofício à secretaria executiva para encaminhamento de**
169 **resposta ao solicitante.**

170
171 **6. Discussão e elaboração de minuta de resposta referente a demanda oriunda da**
172 **empresa DJ ERTEL Serviços Ambientais Ltda. quanto ao licenciamento ambiental do**
173 **Cemitério Municipal de São Miguel da Boa Vista, com relação a aplicação da Resolução**
174 **CONSEMA nº 119/2017**

175 Discussão: A empresa em questão foi consultada para realizar um licenciamento de um
176 cemitério no município de São Miguel da Boa Vista - SC, onde existe um cemitério já construído
177 de 900 m² onde se pretende fazer uma ampliação de 3.000 m². Atualmente, esse cemitério
178 pertence a uma comunidade do interior e agora a Prefeitura Municipal pretende assumir o
179 cemitério tornando ele municipal, licenciando a parte existente e fazendo a ampliação em
180 questão.

190 Justificativa: A gerencia do Instituto Do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA - SC (gerencia
191 responsável pelo município) foi consultada em reunião presencial juntamente com o pessoal da
192 prefeitura e os técnicos do IMA - SC para verificar como licenciar este cemitério. Os técnicos do
193 IMA - SC disseram que esse é um caso novo pois o cemitério foi construído antes de abril de
194 2003, e com isso se for seguir a IN 52 seria necessária uma AuA. Porém, da parte que será
195 ampliada se tiver que seguir a resolução do Consema nº118 de 2017 no que diz seu artigo 6º
196 parágrafo único se o cemitério for implementado antes de 2003, tiver sua atividade de sepultado
197 em operação e pretende fazer uma ampliação, deve ser feito o licenciamento no modelo trifásico
198 (LAP, LAI, LAO).

199 Assim, como os técnicos do IMA-SC não souberam informar qual norma a seguir, nos
200 orientaram a consultar as atas das câmaras técnicas do Consema afim verificar se já havia algo
201 parecido com essa situação que foi discutido. Nesta consulta não foi encontrado nada pela
202 minha empresa nas atas e por isso entramos em contato com o Consema.

203 Solicitação: Como deve ser feito o licenciamento completo do cemitério contando a parte
204 construída e a parte que se pretende fazer a ampliação? Visto que do cemitério existente nunca
205 foi realizado nenhum tipo de licenciamento. É possível licenciar o cemitério em questão por uma
206 AuA, regularizando assim o cemitério por completo tanto da parte existente quanto da que se
207 pretende ampliar?

208 **Encaminhamento: resposta ao requerente no sentido que deve seguir o disposto na**
209 **Resolução Consema nº 118/2017 tanto da regularização do cemitério já existente, quanto**
210 **da área de ampliação do cemitério.**

211
212 **7. Discussão e elaboração de minuta de resposta a nova solicitação recebida da**
213 **Associação dos Loteadores de Joinville - ALOJ quanto ao licenciamento dos códigos**
214 **71.11.01 - Condomínio de casas ou edifícios residenciais, 71.11.02 - Atividades de**
215 **hotelaria, 71.11.06 - Condomínios comerciais horizontais ou verticais e 71.11.07 -**
216 **Condomínios de edifícios de uso misto - comercial, residencial e serviços, constantes na**
217



Resolução CONSEMA nº 98/2017, reconsiderando o Memorando Interno nº 003/2019 desta Câmara

Discussão: Conforme averiguado pelos membros da CTL esta discussão já foi realizada em reunião ordinária em 08/02/2019 que questionou se “os empreendimentos caracterizados nos códigos 71.11.01, 71.11.02, 71.11.06 e 71.11.07 que se encontram em área de expansão são passíveis de licenciamento ambiental”. Destarte, após análise e discussão dos membros da CTL sobre o Ofício nº 135/2018, verificou-se que embora esteja previsto o plano de expansão do município, não existindo o sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade, o licenciamento ambiental é aplicável, com fulcro nas Resoluções CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017. Este posicionamento foi registrado para secretaria executiva do Consema através do Memorando Interno MI 003/19.

Encaminhamento: Encaminhar resposta para a secretaria executiva do Consema para providências de resposta ao requerente conforme disposto no MI 003/19.

8. Discussão de alterações/retificações referente ao código 00.12.02 - Lavra a céu aberto por escavação, se mineral típico de emprego na construção civil, conforme demanda oriunda da FIESC

Discussão: Foi analisado pelos membros da CTL a descrição do novo código proposto 00.12.02 conforme justificativa apresentada pelo representante do Sindipedras, através da FIESC.

Descrição atual do código que será aplicável para prefeituras:

00.12.03 - Lavra a céu aberto por escavação e usinas de britagem que não possuam a finalidade de comercialização e sejam destinadas à manutenção e melhorias da malha viária municipal.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G

Porte Único.

Esta atividade será licenciada por meio da expedição de Autorização Ambiental — AuA.

Justificativa: Realizada adequação do licenciamento ambiental afim de atender a situação fática dos municípios, mantendo os controles ambientais necessários através do licenciamento simplificado com a criação do novo código.

Conforme análise e justificativa da FIESC subsidiada pelo Sindipedras entende ser temerária a questão de não existir limitação para o porte e para a produção nesta atividade, pois a atividade de mineração é impactante do ponto de vista ambiental, sendo o seu potencial poluidor/degradador classificado como G, inclusive no novo código proposto. Desta forma, um Município poderia explorar mediante AuA uma quantidade X (como exemplo $PA \geq 120.000$) que para uma empresa só seria possível mediante a elaboração de um EIA-RIMA, conforme código 00.12.02. Assim, se sugere que seja delimitado um porte para a atividade, tomando-se como referência o código 00.12.02, em específico o Porte Pequeno ($PA \leq 24.000$), licenciado por meio de RAP. Também se sugere que seja determinado um limite de área de extração de até 5 hectares, conforme o que é regulado pela Agência Nacional de Mineração - ANM (antigo DNPM). Pela ANM, os municípios devem pleitear a autorização para realizar a lavra mediante o procedimento denominado Registro de Extração, regulamentado pelo Decreto nº 9.406/2018 e pela Resolução ANM 01/2018. Este procedimento comporta algumas limitações para a lavra, sendo elas:

I - O registro de extração fica adstrito à área máxima de cinco hectares (artigo 3º, §4º, da Resolução ANM 01/2018).

II - A extração deverá ser de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, para uso exclusivo em obras públicas por eles executadas diretamente, respeitados os direitos minerários em vigor nas áreas onde devam ser executadas as obras e vedada a comercialização (inciso I do parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 9.406/2018).



271 Desta maneira, se propõe a alteração do código no tocante à área máxima e também com
272 relação as substâncias minerais permitidas.
273 Após discussão foi consenso manter ementa aprovada pela CTL e verificar a adequação
274 do porte conforme segue:
275
276 00.12.03 - Lavra a céu aberto por escavação e usinas de britagem que não possuam a
277 finalidade de comercialização e sejam destinadas à manutenção e melhorias da malha
278 viária municipal.
279 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G
280 Porte: PA ≤ 24.000
281 Esta atividade será licenciada por meio da expedição de Autorização Ambiental — AuA.
282 **Encaminhamento: Fecam irá verificar se PA ≤ 24.000 é valor que atende a necessidade**
283 **dos municípios considerando que a atividade é feita de forma desigual para todas as**
284 **localidades (com frequência e volumes diferenciados). Convidar Sindipedras para**
285 **próxima reunião.**
286
287 **9. Discussão e elaboração de minuta de resposta referente a demanda oriunda da**
288 **empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. quanto ao licenciamento**
289 **ambiental de Pontos de Entrega Voluntária - PEVs.**
290 Discussão: conforme já tratado em reuniões da CTL em 09/03/2018 e 27/07/2018 avaliou-se
291 que PEVs não são passíveis de licenciamento em função da magnitude dos riscos e
292 impactos envolvidos pelos produtos descartados provenientes do pós consumo. Concluiu-
293 se que o conceito de armazenamento temporário não se aplica para pontos de entrega de
294 resíduos voluntários de resíduos urbanos e equiparáveis decorrentes da logística reversa
295 tendo em vista que nestes locais não ocorre consolidação de carga para fins de
296 gerenciamento e destinação final do resíduo. Esta definição de Armazenamento
297 Temporário foi incluída na revisão da Resolução nº 98/2017. De modo análogo, também não
298 se aplica o licenciamento para veículos dos resíduos de pós consumo, assim caracterizados
299 como não perigosos do PEV até a central de triagem.
300 **Encaminhamento: Encaminhar resposta para a secretaria executiva do Consema para**
301 **providências de resposta ao requerente conforme disposto na ata de 27/07/2018.**
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313 **10. Assuntos Gerais.**
314 **a) Próximas reuniões: 28 e 29/11, 20/12 (a confirmar).**
315
316 **II - ENCERRAMENTO:**
317 Finalizada a reunião e não tendo havido mais manifestações e tendo sido cumprida a pauta
318 convocada, as discussões foram encerradas e o presidente, agradecendo a presença de todos
319 deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por mim relatada, Schirlene Chegatti.